

A VIOLÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE ACÇÃO POLÍTICA

Entre 23 e 25 de Agosto passado realizou-se em Maputo, Moçambique, a 6ª reunião ministerial da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África. Marrocos participou no encontro como se participasse num combate de boxe. Como se tornou hábito, aliás.

A diplomacia marroquina recorreu à violência semeando a confusão durante os trabalhos da Conferência. Isto porque Rabat tentou impedir a presença saharauí na iniciativa mas falhou nesse objectivo, depois de a UA ter convencido o seu parceiro japonês a respeitar o direito de todos os países membros da organização a participar na iniciativa. A delegação de Rabat, chefiada por Nasser Bourita, recorreu então ao confronto físico provocando o caos entre os elementos da segurança moçambicanos.



Fig. 1: Tensão em Maputo

No evento participaram países europeus, a China, a Rússia, o corpo diplomático, grupos económicos regionais, imprensa internacional, empresas japonesas privadas, o sector privado africano, organizações da sociedade civil e peritos internacionais.

A cerimónia de inauguração foi conduzida pelo Presidente de Moçambique, Filipe Nyussi, na presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) japonês, Taro Kono, e de representantes do Banco Mundial e do PNUD.

Estas práticas são habituais noutros terrenos de intervenção em que o regime marroquino se apresenta mesmo sem ser convidado. Recorde-se que, aquando do Fórum Social Mundial de 2011 em Dacar (Senegal) e do de 2013, realizado em Tunes (Tunísia), bandos de rufiões marroquinos atacaram os activistas saharauís presentes e impediram a realização das suas iniciativas, levando a confrontos físicos e obrigando à intervenção do serviço de ordem (ver *Sahara Livre* nº 2, Maio de 2013).

Em 29 de Agosto o MNE de Moçambique divulgou um comunicado onde condenou a actuação da comitiva de Marrocos contra a delegação da República Árabe Saharauí Democrática, durante a conferência. O Governo moçambicano classificou como «deplorável» o comportamento da delegação marroquina, «que revela uma chocante falta de compostura e de respeito», lê-se no documento.

A República Saharauí, como membro da UA, também teve o seu lugar. «Não obstante este facto, lamentavelmente, a delegação do Reino do Marrocos, completamente fora do seu mandato, usurpou as competências dos co-organizadores e do país anfitrião ao outorgar-se o direito de controlar os acessos (...) tendo mesmo recorrido a actos de violência», refere o comunicado do MNE moçambicano.

«Face a esta situação, o Governo de Moçambique viu-se forçado a manter a ordem de modo a garantir a segurança dos demais participantes e assegurar a realização do evento, com destaque para a cerimónia de abertura, com a presença do Chefe de Estado de Moçambique», acrescentou.

Sendo Marrocos membro da UA, Moçambique manifestou ainda «estranheza e repugnância por este comportamento contra um outro membro da organização, uma violação inaceitável dos princípios que regem o relacionamento são entre os Estados», lê-se no comunicado.

Mas como regime autoritário que é, a violência é a via privilegiada que as autoridades em Rabat conhecem como meio para resolver os seus problemas. Tomemos dois exemplos recentes.

O preso político saharauí Embarek Daoudi viu-se obrigado a fazer uma greve de fome de 48 horas em finais de Agosto na sua cela na prisão de Bouzakarn, Marrocos, em protesto pela agressão física de que foi alvo a sua família. Realizou esta greve apesar do seu deteriorado estado de saúde. Daoudi já foi transferido por diversas ocasiões para centros de saúde devido ao seu estado físico.

O outro exemplo é o do jornalista Mohamed Bambari: assim que foi conhecido o relatório sobre a sua situação publicado pela organização dos EUA *Freedom Now* (“*Morocco: Two Years Since Arrest of Journalist Mohamed Al-Bambari*”), as autoridades marroquinas exerceram de imediato represálias sobre ele. O jornalista é natural da cidade de Dakhla (no extremo sul do Sahara Ocidental), onde foi detido devido à sua acção mediática e política.

O relatório refere o sofrimento que tem padecido após dois anos de prisão a que se juntam muitas perseguições pelas suas actividades dedicadas a mostrar o que é o regime de ocupação marroquino no Sahara Ocidental. Bambari encontra-se detido na prisão de Ait Melloul em Marrocos, onde é maltratado pelas forças prisionais com humilhações constantes.

As autoridades encerraram Bambari numa cela que compartilha com presos de delito comum, tendo estes sido incitados pelo pessoal penitenciário a obrigá-lo a dizer “viva Marrocos”, a cantar o hino monárquico marroquino e a insultar os saharauís.

Mas estas práticas repressivas não têm como objecto unicamente os habitantes do Sahara Ocidental. A experiência vivida pela população do Rif, no norte de Marrocos, ajuda-nos a compreender a natureza do regime.

Conforme noticiou a agência Lusa, «o Tribunal de primeira instância de Al-Hociema (nordeste de Marrocos) condenou» em 8 de Setembro «26 activistas do Rif a um total de 53 anos de prisão efectiva por participação nos protestos sociais nesta região, disse fonte da defesa.

«O advogado Rachid Belaali, citado pela agência de notícias espanhola Efe, explicou que estes activistas foram condenados a entre 1 e 3 anos de prisão e ao pagamento de multas cujo valor ascende até 5.000 dirham (cerca de 500 euros).

«Os activistas, na maioria jovens, foram presos por participação numa manifestação ocorrida em 13 de Agosto em Imzuren, 15 quilómetros a sul de Al-Hoceima, a capital do Rif.

«Belaali assinalou que a defesa dos indiciados já recorreu das sentenças, que considerou “cruéis”.

«Após sete meses de protestos, as autoridades iniciaram em Maio detenções em massa de líderes, activistas e manifestantes do Rif, permanecendo actualmente 216 sob detenção, com 46 a aguardarem julgamento na prisão de Ukacha, em Casablanca, e outros 169 na prisão regional de Al-Hoceima.».